ARTIGO CONVIDADO

DO "FASCISMO DE MERCADO" AO FASCISMO SEM MÁSCARAS[1]

António José Avelãs Nunes
Doutor e Agregado em Direito (Ciências Económicas) pela Universidade de Coimbra.
Membro Honorário da Academia Brasileira de Ciências Jurídicas.
E-mail: anunes@fd.uc.pt

1. Na década de 1970 esfumaram-se os chamados "trinta anos gloriosos" e eclipsou-se o 'milagre' da *revolução keynesiana*. Aproveitando o desnorte do 'inimigo', os neoliberais, comandados por Friedrich Hayek e Milton Friedman, passaram ao ataque, colocando no banco dos réus o *estado keynesiano* e as *políticas keynesianas*, culpados de todos os males do mundo.

Na sequência de uma operação relâmpago de propaganda ideológica sem paralelo ("uma experiência muito corruptora", confessou Hayek), o "ideological monetarism" afirmou-se como a ideologia do *império* e do *pensamento único*. As *experiências corruptoras* como a de Hayek multiplicaram-se ao longo dos anos, alimentadas pelos mesmos actores, ao serviço dos mesmos interesses. E mantêm-se até hoje, com o recurso às técnicas mais sofisticadas de *manipulação ideológica* e de *corrupção intelectual*, que transformaram o neoliberalismo numa espécie de 'religião', para cuja "única fé verdadeira" se diz que não há alternativa (o famoso *argumento TINA* da Srª Thatcher: *T*here *I*s *N*o *A*lternative).

Esta é a *contra-revolução monetarista*. Esta é a *ideologia neoliberal*, que conduziu a macroeconomia à "idade das trevas", como escreveu Paul Krugman. A *revolução conservadora* tomou conta do mundo, trazendo consigo o regresso a concepções no que concerne ao entendimento da economia e da sociedade e, de modo particular, no que tange ao papel do estado perante a economia e perante a sociedade, que, depois de Keynes, se julgavam definitivamente mortas e enterradas.

Os monetaristas recuperaram os mitos da *mão invisível* e da *Lei de Say*, passando a defender que as economias capitalistas não precisam de ser equilibradas, sendo desnecessárias as políticas anti-cíclicas e sendo desnecessárias e inconsequentes as políticas de combate ao desemprego e de promoção do pleno emprego, que não conseguem os seus objectivos e geram inflação.

Desta *neutralidade da política económica* passou-se, quase sem solução de continuidade, à defesa da *morte da política económica*, porque esta seria desnecessária e prejudicial. É o regresso ao velho mito liberal da separação *estado/economia* e *estado/sociedade*: a economia seria tarefa exclusiva dos privados (da sociedade civil, da sociedade económica), cabendo ao estado simplesmente garantir a liberdade individual, que proporcionaria igualdade de oportunidades para todos.

1 Este texto serviu de base a uma intervenção do autor (*on line*) na *Conferência de Encerramento* da *Bienal Internacional Paulo Bonavides*, subordinada ao tema *Por um Direito Constitucional de Resistência*, organizada pela OAB/Ceará, 28-30 de Julho/2021.

2. Invocando, fraudulentamente, o ‘santo nome de Adam Smith’ como ‘pai’ da doutrina do *estado mínimo*, os ideólogos do neoliberalismo, sempre com o objectivo de esconder a natureza e o papel do *estado capitalista*, cedo começaram a difundir a tese de que o neoliberalismo dispensa a acção do estado.

Importa, porém, sublinhar que esta tese de Smith foi elaborada tendo em conta as estruturas do poder político do *estado absolutista*. “Na maior parte dos países – escreveu Adam Smith – a totalidade ou a quase totalidade das receitas públicas é empregada na manutenção de indivíduos não produtivos”, entre os quais não hesita em incluir “muitas das mais respeitáveis classes sociais, [...] o soberano, por exemplo, bem como todos os funcionários tanto da justiça como da guerra que servem sob as suas ordens, todo o exército e toda a marinha”. “Toda essa gente – remata Adam Smith –, dado que nada produz, tem de ser mantida pelo produto do trabalho de outros homens.”

Este estado é que Smith quis reduzir ao *estado mínimo*. Mas o professor de Glasgow não se esqueceu de responsabilizar o estado pela criação e manutenção de uma série de serviços públicos, “aqueles serviços e instituições que, embora possam ser altamente benéficos para uma sociedade, são, todavia, de uma natureza tal que o lucro jamais poderia compensar a despesa para qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, não se podendo, portanto, esperar a sua criação e manutenção por parte de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos”.

Milton Friedman criticou este ‘exagero’ do filósofo escocês, alegando que, com esta amplitude, quase tudo é permitido ao estado… Adam Smith teria aberto uma verdadeira Caixa de Pandora… Hayek, por sua vez, sublinhou recorrentemente que “a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo e não de uma vontade”. Só a “ordem espontânea” consubstanciada no mercado asseguraria a *free society*. Qualquer política pública, ainda que vise apenas corrigir injustiças, é identificada como *o caminho da servidão* (título de um famoso livro de Hayek).

E, na sequência da famosa *Declaração do Mont-Pélerin Society* (Abril/1947), os ideólogos do neoliberalismo vêm difundindo a tese de que a *economia de mercado livre* se impõe não apenas pela sua superior eficiência económica, mas também por razões de ordem política: “sem ela, é difícil imaginar uma sociedade em que a liberdade possa ser efectivamente salvaguardada”.

Talvez por isso, Milton Friedman considera uma “ameaça interna” (verdadeiros *inimigos internos*) “os homens de boas intenções e de boa vontade que desejam reformar a sociedade […] e obter grandes transformações sociais”, com base na ampliação da esfera de responsabilidade do estado e no alargamento do seu campo de acção.

3. Mark Blyth tem razão: o estado social e, em especial, o sistema público de segurança social são “uma forma de seguro de activos para os ricos”. E interrogo-me, com ele, sobre as razões que levam “aqueles que têm a maioria dos activos a fugir ao pagamento dos prémios de seguro”.

Para os neoliberais, o caminho é claro. Milton Friedman considerou uma “doutrina essencialmente subversiva” o *princípio da responsabilidade social colectiva* em que assenta o estado social de matriz keynesiana. E defendeu, coerentemente, a necessidade urgente de liquidar definitivamente o *estado social*.

Mais difícil de entender é que os socialistas europeus se tenham deixado “colonizar pelo neoliberalismo” (Mário Soares), aderindo com entusiasmo aos dogmas da *religião neoliberal*, assentando a sua prática política nos preceitos plasmados no *Consenso de Washington*. Em Outubro de 2011 o então porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon) reconheceu abertamente que “uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], *à semelhança da direita*, deixou de pôr em causa que é preciso *sacrificar o estado-providência* para *restabelecer o equilíbrio orçamental* e *agradar aos mercados*”. E confessou que os partidos socialistas “foram, em vários lugares do mundo, um obstáculo ao progresso”.

Estou inteiramente de acordo. Não desenvolverei aqui esta problemática, porque isso obrigaria a um desvio grande da rota que tracei para esta minha fala. Limitar-me-ei a analisar aqui os princípios orientadores do neoliberalismo na sua luta contra o estado social e contra a moderna democracia económico-social.

4. A ‘guerra santa’ contra o *estado social* traduz o regresso ao velho mito individualista de que cabe a cada indivíduo (como seu *direito* e como seu *dever*) organizar a sua vida de modo a poder assumir, por si só, o *risco da existência* (o *risco da vida*) e acautelar a sua própria sobrevivência. A todos e a cada um é garantida a ‘liberdade’ de ser pobre e a ‘liberdade’ de ser explorado. Ao estado cabe garantir esta ‘liberdade’. Nada mais.

Mais grave ainda é que o *Ayahtolla de Chicago* assenta as críticas ao estado social nos valores da velha *teologia da Reforma* (o equivalente à teoria do *pecado original* na teologia católica, conforme observou Marx), valores que levam a considerar a desigualdade algo de natural: são pobres (feitos para obedecer) os preguiçosos, perdulários e estúpidos; são ricos (com direito a mandar e a explorar os restantes) os que, pela Graça divina, são trabalhadores, parcimoniosos e inteligentes. Assim sendo, os neoliberais entendem não só que o estado nada pode fazer contra a pobreza, mas também que o estado nada deve fazer para combater as desigualdades. Como defendiam os fisiocratas, *o que é natural é justo*.

Milton Friedman dá o tom do discurso neoliberal quando defende que “o maior de todos os males [provocados pelas políticas sociais] é o efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Elas enfraquecem os alicerces da família; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação; diminuem a acumulação do capital; e limitam a nossa liberdade”.

E não se inibe de defender também que entre os custos maiores da acção do estado neste domínio está “o correspondente declínio das actividades privadas de caridade”, ponto de vista que só podemos compreender se tivermos presente que, para Friedman, “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade”.

No que me diz respeito, não critico as pessoas nem as instituições que praticam a caridade. Mas critico, sem contemplações, este *projecto político* de regresso à *caridadezinha*, que representa um *retrocesso civilizacional* inadmissível nos nossos dias. Tal projecto significa a destruição do estado que garante a *todos os cidadãos* o *direito* à saúde, o *direito* à educação e o *direito* à segurança social, em nome do respeito devido à *dignidade de cada pessoa*. E significa a implantação de um qualquer tipo de *estado assistencial* ou *estado caritativo*: um estado mata

impiedosamente, a golpes de espada, os direitos inerentes ao sistema público de segurança social e promove depois, levantando piamente a cruz, as instituições de caridade, fundamentais para ajudar os *pobrezinhos*, *coitadinhos*…

5. Wolfgang Streeck é um dos cientistas sociais mais credenciados da actualidade, e eu creio que ele tem inteira razão quando defende que “a expressão mais visível do sucesso retumbante da revolução neoliberal consiste no aumento constante da desigualdade de rendimentos e património”. O fenómeno da *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na terrivelmente certeira classificação do cineasta brasileiro Walter Salles) é uma verdadeira aberração, num tempo em que o desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado colossais aumentos da produtividade e da capacidade de criação de riqueza. Apetece recordar Fourier e a sua famosa síntese: “En civilisation, la pauvreté naît de l’abondance même”. O capitalismo nasceu como a *civilização das desigualdades* e tudo tem feito para honrar o seu DNA.

O *reforço da exploração dos trabalhadores*, exigido pelas condições criadas no mundo capitalista a partir da década de 1970, tem sido facilitado pela emergência de um *mercado mundial da força de trabalho*, que colocou em concorrência os trabalhadores de todo o mundo, com níveis salariais muito diferentes, com diferentes graus de liberdade e de organização sindical, com níveis diferentes de protecção e de segurança social, com histórias e expectativas de vida radicalmente diferentes.

Este fenómeno (que muitos consideram a *principal consequência social da mundialização*) é um elemento novo na caracterização do capitalismo global, que não existia em 1916, quando Lenine publicou o estudo clássico sobre *O Imperialismo*. Ele ofereceu ao grande capital um aumento enorme do *exército de reserva de mão-de-obra* e a possibilidade de ‘jogar’ com a arma da *deslocalização de empresas* e consequente *desindustrialização*, enfraquecendo os trabalhadores mesmo nos países mais ricos e aumentando a pressão no sentido da adopção de políticas tendentes a reduzir salários e direitos dos trabalhadores, para salvaguardar e valorizar as taxas de lucro.

Em finais de 2007, até Alan Greenspan reconhecia que “a parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e em outros países desenvolvidos atingiu um nível *excepcionalmente baixo* segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar”.

Num documento do Banco de Pagamentos Internacionais (Julho/2010) pode ler-se: “A parte dos lucros é hoje *invulgarmente elevada*, e a parte dos salários *invulgarmente baixa*. […] A dimensão desta evolução e o leque dos países a que diz respeito não têm precedentes nos últimos 45 anos”.

Em Outubro/2010, o Presidente do Banco Mundial anunciou que, “pela primeira vez na história, mais de mil milhões de pessoas deitam-se todas as noites com a barriga vazia”. Dados da ONU revelam, por outro lado, que os 2% dos mais ricos do mundo possuem mais de metade da riqueza mundial, cabendo à metade mais pobre dos habitantes do nosso planeta (cerca de 3.800 milhões de pessoas) apenas 1% da riqueza global.

Entre muitos outros autores, Amartya Sen tem sublinhado que “a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação

de outros tipos de liberdade”. E Paul Krugman tem insistido em que a “concentração extrema do rendimento” significa “uma democracia somente de nome”, “incompatível com a democracia real”. E tem alertado para “os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia”.

Por isso é que, a meu ver, o combate contra as políticas neoliberais é um combate pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores, mas é também um combate pela democracia.

6. A ideologia neoliberal está ao serviço da acentuação, em sentido ainda mais favorável ao capital, da correlação de forças entre o capital e o trabalho e reflecte a supremacia do grande capital financeiro sobre o capital produtivo, permitindo àquele chamar a si uma parte da riqueza criada nos sectores produtivos. Sabendo isto, foi fácil perceber que o neoliberalismo não poderia ser uma ideologia libertária, que dispensa o estado.

Há mais de cinquenta anos, o argentino Raúl Prebisch (o primeiro Presidente da CEPAL) avisou que as soluções liberais só poderiam concretizar-se *pela força das armas* (*manu militari*). As ditaduras militares que o imperialismo semeou em vários países da América Latina comprovaram a razão deste diagnóstico.

Como é sabido, os neoliberais defendem que o desemprego é um problema de salários: a verdadeira causa do desemprego são os salários reais demasiado elevados. Os responsáveis são os sindicatos (os “opressivos monopólios do trabalho”), porque insistem na defesa dos *direitos fundamentais dos trabalhadores* (que os neoliberais consideram “factores de rigidez”, “imperfeições” que impedem o funcionamento regular dos mecanismos do mercado) e porque resistem à baixa dos salários nominais, impedindo a redução dos salários necessária para que os empregadores tenham interesse em contratar mais trabalhadores.

Hayek defende que os sindicatos se tornaram “incompatíveis com a economia de livre empresa”, acrescentando que “há um momento em que todos os que desejam a preservação do sistema de mercado baseado na livre empresa têm que desejar e apoiar *sem ambiguidade* uma recusa frontal das exigências sindicais, *sem vacilar* perante as consequências que esta atitude possa ter a curto prazo”.

Foi isso mesmo o que fizeram todos os Pinochets da América Latina, apoiados (ideológica, política e militarmente) pelos neoliberais (pelos interesses e pelos poderes que eles representam): *não vacilaram* perante as consequências dramáticas das suas políticas de guerra contra os trabalhadores e contra o movimento sindical.

Mas esta guerra ganhou novo fôlego no final da década de 1970, com o objectivo de transferir para o capital, sem partilha, os ganhos da produtividade. Os seus episódios mais dramáticos são a destruição do sindicato dos controladores aéreos pela Administração Reagan (1981) e a vitória do Governo Thatcher sobre o lendário sindicato dos mineiros britânico (1984). Num país onde o movimento sindical era tradicionalmente considerado uma instituição quase tão intocável como a Realeza, a Srª. Thatcher, enquanto Primeira-Ministra, não hesitou em acusar os sindicatos de quererem “destruir o estado”, erigindo-os desse modo em *inimigo interno* sobre o qual toda a repressão se pretende legitimada. Tal como nos primórdios da revolução

industrial, quando os novos assalariados industriais eram apontados e tratados como “bárbaros que ameaçam invadir a cidade”.

A ‘guerra’ contra o movimento sindical tem sido particularmente violenta, traduzindo-se no ‘confisco’ dos direitos económicos, sociais e culturais dos trabalhadores (que muitas constituições consagram como *direitos fundamentais dos trabalhadores*); na desregulamentação das relações laborais; no esvaziamento da *contratação colectiva* (que mostrou ser, como a OIT evidenciou, um instrumento de redistribuição do rendimento em sentido favorável aos trabalhadores mais eficaz do que as políticas de redistribuição de inspiração keynesiana); enfim, no desmantelamento do *estado social*.

Como se vê, a ideologia neoliberal – a ideologia do grande capital financeiro – não significa apenas uma oposição radical à filosofia informadora e à prática concretizadora da *cultura democrática e igualitária da época contemporânea*, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela afirmação da *democracia económica e social* que está na base do *estado social moderno*, *de matriz keynesiana*, e que ganhou foros de constitucionalidade em bom número de países, apostando na *redução das desigualdades* entre os indivíduos (há mesmo quem entenda que ao elenco dos direitos fundamentais deveria acrescentar-se o *direito a uma igualdade razoável*), no âmbito do objectivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objectivo que está na base dos *sistemas públicos de segurança social*. O neoliberalismo veicula um *projecto de orientação totalitária*, que alguns pretendem ‘legitimar’ alegando que ele é o fruto necessário do *excesso de carga do governo* e da *ingovernabilidade das democracias*, do *excesso da democracia* e da *crise da democracia*.

Para contrariar este *excesso da democracia*, a *ditadura do capital financeiro*, alimentada ideologicamente pelo neoliberalismo, não poupou nos meios utilizados para criar as condições que permitiram dispensar o *compromisso* dos tempos do *estado social keynesiano*, substituindo-o pela *violência* do *estado neoliberal* (*estado regulador* e *estado garantidor*, que *socializa as perdas* e *privatiza os lucros*).

7. É hoje claro que o projecto político do neoliberalismo não dispensa um *estado de classe forte* e *disposto a tudo*, *sem vacilar*, para atingir duramente os interesses, os direitos e a dignidade dos trabalhadores.

Só um *estado forte* poderia ter criado as condições que permitiram dispensar o *compromisso* traduzido no *consenso keynesiano*, substituindo-o pela *violência* das *políticas da globalização neoliberal*, inscritas no chamado *Consenso de Washington*. E é notório que foram as instituições do poder político (o *poder político de classe*, a *ditadura do grande capital financeiro*: os estados nacionais e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados) que construíram, pedra a pedra, o império do *capitalismo neoliberal*.

O *Consenso de Washington* não é um texto escrito. Mas tem o peso de uma verdadeira *Declaração Universal dos Direitos do Capital*, levada pelo poder político dominante muito mais a sério do que a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, aprovada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A aplicação sistemática dos dogmas consagrados no *Consenso de Washington* produziu resultados bem visíveis:

– a *liberdade absoluta de circulação de capitais*, com vista à criação de um *mercado único de capitais à escala mundial*;

– a desregulamentação completa de todos os mercados, em especial os mercados financeiros (cruzada que começou com a Administração Carter, foi consolidada graças ao verdadeiro *tsunami desregulamentador* operado pela Administração Reagan e foi prosseguida militantemente pela Administração Clinton);

– a forte concentração no sector financeiro, que conduziu ao desenvolvimento acelerado de poderosíssimos *conglomerados financeiros*, que adquiriram um enorme *poder de mercado* e um enorme *poder político* (cerca de 150 instituições financeiras – bancos, seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensões – ligadas entre si por uma densa teia de participações cruzadas, dominam grande parte dos chamados 'mercados'. Elas são o verdadeiro 'governo' do mundo capitalista);

– a proclamação do 'dogma' da *independência dos bancos centrais* e do *princípio da banca universal* (incluindo a liberdade de criação de *produtos financeiros derivados*, meras fichas para *jogos de casino*);

– a plena liberdade de comércio, sob a égide da OMC;

– a privatização de todo o sector público empresarial, mesmo os sectores estratégicos e os responsáveis pela produção e/ou distribuição de *serviços públicos*;

– a financeirização da economia, a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo;

– a subordinação do poder político democrático ao poder económico-financeiro;

– a asfixia do *estado social*;

– a subordinação dos estados à regra 'clássica' do *equilíbrio orçamental*, que arrasta consigo a redução das despesas públicas, especialmente as despesas sociais;

– o desenvolvimento do *capitalismo de casino*, do *capitalismo sem risco e sem falências*, do *capitalismo do crime sistémico*, sob o comando dos grandes bancos, que são demasiado grandes para falir e demasiado grandes para ir para a cadeia (*too big to fail, too big to jail*);

– o reconhecimento da 'independência' dos *paraísos fiscais*, que garantem livre curso ao crime organizado e protegem os responsáveis por ele (na política, na economia, na finança).

O diagnóstico foi feito por Warren Buffet (grande especulador profissional, tratado em regra na comunicação social dominante como *investidor*), em entrevista a *The New York Times* (26.11.2006): "Há uma luta de classes, é certo, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que está a promovê-la e estamos a ganhá-la".

Entre as consequências desta *luta de classes* anti-trabalhadores tem de destacar-se a perigosa acentuação dos *factores estruturais* geradores de crises, que se vêm registrando cada vez com mais frequência, cada vez mais profundas e mais duradouras.

8. Em Dez./2012, Federico Mayor Zaragoza (antigo Director-Geral da Unesco) falou dos perigos do que designou por "golpe de mercado", sustentando que eles são a consequência das

políticas prosseguidas por todos aqueles que, “em certo momento histórico, aceitaram substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado”.

É visível que o *mercado* vem ocupando o lugar da *política*. Talvez melhor: o mercado, enquanto *instituição política*, tem vindo a sobrepor-se às *instituições políticas democráticas*. Porque o mercado é, como o estado, uma *instituição política*, um produto histórico que surgiu em determinadas circunstâncias para proteger determinados interesses. As ‘leis do mercado’ (que são *leis históricas* que os neoliberais pretendem fazer passar por *leis naturais*) vêm governando a vida das pessoas, como se elas fossem a *constituição das constituições*. E as leis do mercado consagram e defendem as *liberdades do capital*, mas matam a *liberdade das pessoas*.

“Esta negação da política vem-se traduzindo na criação de um novo *Leviathan*, que *mata a cidadania* e *mata a democracia*. ‘Mais do que nunca – defende Wolfgang Streeck –, o poder económico parece ter-se tornado, nos dias de hoje, poder político.’” Um “poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro”, como ensina Étienne Balibar. O *estado capitalista* foi sempre a *ditadura da burguesia*. A ideologia neoliberal e os interesses que ela defende transformaram o capitalismo numa espécie de *capitalismo de compadrio* (um “sucedâneo de capitalismo, no qual se socializam as perdas e privatizam os lucros”, segundo Joseph Stiglitz) e transformaram o estado capitalista na *ditadura do grande capital financeiro*.

A análise da experiência do thatcherismo levou Andrew Gamble a concluir, num livro publicado em 1994, que “a doutrina-chave da Nova Direita e do projecto político que ela inspirou é a economia livre e o estado forte”, capaz de “restaurar a autoridade a todos os níveis da sociedade” e dar combate aos *inimigos externos* (“enemies without”) e aos *inimigos internos* (“enemies within”).

Uma análise mais ampla (mais profunda, mais preocupada e mais crítica) foi levada a cabo pelo sociólogo alemão Wolfgang Streeck. Começa por sublinhar que “o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado”. E conclui que “o neoliberalismo não é compatível com um *estado democrático*, se entendermos por democracia um regime que intervém, em nome dos seus cidadãos e através do poder público, na distribuição dos bens económicos resultantes do funcionamento do mercado”.

É particularmente importante o estudo de Streeck sobre o processo em curso de *esvaziamento da democracia* (a expressão é dele), processo que ele identifica como “*uma imunização do mercado a correcções democráticas*”, que visa “a eliminação da tensão entre capitalismo e democracia, assim como a consagração de um *primado duradouro do mercado sobre a política*”.

De entre os vários caminhos por onde passa a concretização deste projecto político o sociólogo alemão salienta a “reestruturação dos estados do capitalismo avançado de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais”.

Só que, para tal – conclui o autor –, "é necessário *neutralizar a democracia*, entendida no sentido da *democracia social* […], assim como levar por diante e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*".

Na sua óptica, esta *imunização do mercado a correcções democráticas* pode ser levada a cabo "através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970" [opção que Streeck pensa não ser viável nos nossos dias], ou então "através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos" [promovida pelo que designa "relações públicas capitalistas", as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal, digo eu].

É bom sentir-me em companhia tão qualificada na defesa de ideias que venho sustentando há anos. Mas chamo a vossa especial atenção para este ponto: estas soluções 'brandas' (apesar de 'musculadas' e até violentas) só serão prosseguidas se *o modelo chileno dos anos 1970* não ficar disponível para o grande capital financeiro. Só que as condições podem mudar (estão a mudar…). E podem mudar em termos de tornar impossível prosseguir o agravamento da exploração dos trabalhadores com base na 'cenoura' dos métodos 'suaves' do "capitalismo democrático do após-guerra" (é uma expressão de Streeck), obrigando o *estado capitalista* a vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem máscaras, para garantir a necessária relação de forças em favor do grande capital.

9. Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo "dinheiro organizado" é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao "crime organizado". Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade actual e encontra nela plena confirmação. A coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital* e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* apoderou-se do poder político e vem cometendo toda a espécie de crimes, crimes que afectam a vida e a dignidade de milhões de pessoas, humilhando povos inteiros, empobrecidos à força para satisfazer as exigências dos grandes 'padrinhos' do *crime organizado*. Estes crimes, cometidos pelas instituições financeiras e pelos seus administradores, deveriam ser considerados *crimes imprescritíveis*, porque eles são, verdadeiramente, *crimes contra a humanidade*. Mas acabam por ficar impunes, porque, como lembra *The Economist*, os bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail*. Só não é o *crime perfeito* porque é demasiado visível aos olhos de todos os que querem ver. Mas tem a sua impunidade garantida pelo *estado capitalista*, a *ditadura do grande capital financeiro*.

Em 2004 o próprio FBI chamava a atenção, publicamente, para o que designava "uma epidemia de fraudes hipotecárias". Mas as autoridades reguladoras optaram por nada fazer, deixando que os bancos continuassem a conceder empréstimos de alto risco, 'envenenando-se' com activos tóxicos.

Em 2007/2008, emergiu nos EUA a chamada *crise do subprime*, que afectou os bancos, as companhias de seguros que tinham feito o seguro (e até o resseguro) dos créditos concedidos e os fundos de investimento controlados por aqueles. A Administração de G. W. Bush, que sempre considerara a 'intervenção' do estado na economia como um dos sinais do *império do mal*, desencadeou o maior programa de salvação de bancos desde os anos 1930 e inventou o

capitalismo sem falências: o estado não deixaria falir mais nenhum banco. O FED, por sua vez, injectou no circuito financeiro milhões e milhões de dólares praticamente a custo zero.

À semelhança do que aconteceu nos EUA, também na Europa foi o dinheiro dos contribuintes que salvou as instituições financeiras do ‘lixo tóxico’ com que se envenenaram. Em Out./2008 o Conselho Europeu decidiu que a ‘Europa’ não deixaria falir nenhuma instituição financeira importante, oferecendo ao grande capital financeiro um seguro gratuito, que cobre mesmo acções irresponsáveis e até criminosas. O *poder político comunitário* assumiu as suas responsabilidades como gestor da *holding* do grande capital financeiro, garantindo o financiamento público das operações de salvamento dos grandes bancos europeus, esquecendo, para este efeito, as sacrossantas *regras da concorrência* e das *ajudas do estado*. Justificação oficial: as instituições bancárias são hoje “demasiado grandes para falirem e demasiado grandes para poderem ser salvas através dos dispositivos nacionais vigentes”.

No quadro da *Europa do euro*, os dogmas consagrados no *Consenso de Washington* têm alimentado as políticas neoliberais, tão do gosto da nomenclatura de Bruxelas, que traduzem os interesses decorrentes da hegemonia do grande capital financeiro sobre o capital produtivo. O ponto mais alto destas políticas foram as *políticas de austeridade* impostas pela violência aos *países devedores*, a pretexto do combate à crise que emergiu em 2007/2008, apesar de todos os manuais ensinarem que “não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade”.

Como se explica este aparente paradoxo? Ignorância não é, com certeza. Falou-se da “mania da austeridade”. Paul Krugman referiu-se à “paixão europeia pela austeridade”. A estas ‘explicações’ de tipo freudiano, eu prefiro a explicação mais realista (e mais racional) dada por alguém insuspeito, Philippe Legrain, um Professor de Economia Política que foi assessor do ex-Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso: a UE e os governos dos estado-membros “identificaram os bancos como campeões nacionais a proteger”, “colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos”. As *políticas de austeridade* foram impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães”, num ambiente caracterizado por “uma relação corrupta entre bancos e políticos: muitos políticos seniores ou trabalharam em bancos ou esperam trabalhar depois”.

Na reunião de Londres, de Abril/2009, o G20 apontou “as grandes falhas no sector financeiro” como as “causas fundamentais da crise”. No contexto europeu, a própria Comissão Europeia defendeu que os “comportamentos particularmente arriscados” das instituições financeiras foram “os grandes responsáveis pela ocorrência e pela envergadura da crise e seus efeitos negativos”.

No entanto, numa ‘Europa’ dividida entre *países credores* e *países devedores*, o *poder político europeu* actuou como gestor de negócios dos *credores*, condenando os países devedores a duros *programas de austeridade*, cuja definição e acompanhamento ficou a cargo das chamadas *troikas* (Comissão Europeia, BCE e FMI), impondo aos povos destes países graves penitências por ‘pecados’ que eles não cometeram, nomeadamente o feio pecado de viver acima das suas posses.

10. Em épocas passadas, era frequente os países credores ocuparem militarmente os países devedores que não pagavam as suas dívidas, passando depois a gerir as alfândegas, para cobrar os direitos alfandegários (os únicos impostos com receitas relevantes) até recuperarem o dinheiro que tinham emprestado. Depois, iam-se embora. Nos dias de hoje, na *Europa do euro*, os *países credores* fazem pior:

– obrigam os países devedores a *vender soberania*, impondo-lhes a venda ao desbarato das empresas e sectores estratégicos da economia, que são indispensáveis a qualquer projecto de desenvolvimento autónomo e constituem a base da soberania e da independência nacionais: electricidade e outras formas de energia, telecomunicações, correios, transporte aéreo, portos e aeroportos, e até a água;

– levam, a título de juros, uma fatia importante da riqueza produzida e dos impostos cobrados pelos *países devedores* (em Portugal, só de juros, cerca de sete mil milhões de euros por ano, à roda de 4,5% do PIB);

– impõem a destruição da Administração Pública (despedimentos em massa de trabalhadores do estado), a destruição dos serviços públicos de segurança social e de saúde e da escola pública, a asfixia financeira das Universidades;

– impõem a *flexibilização* da legislação laboral, a redução de salários e pensões;

– destroem a economia, empobrecem os trabalhadores, humilham os povos e os estados.

Actuando por si própria ou disfarçada de *Troika* (com a preciosa ajuda do experimentado FMI), a UE obrigou os estados devedores a gastar “milhares de milhões de euros para salvar os principais actores do sector financeiro”. Assumindo-se como *banco dos bancos*, o BCE tem colocado à disposição da banca privada, desde 2008, muitos milhões de milhões de euros, a taxas de juro próximas de zero. Em meados de Maio/2009, o então Presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, confessava que a salvação dos bancos tinha já absorvido, nos EUA e na Europa, 27% do PIB.

A chamada *crise das dívidas soberanas* foi, em boa verdade, uma *crise bancária* politicamente transformada numa crise do sector público, nomeadamente graças a operações que transferiram os créditos (de cobrança quase impossível) da banca privada para entidades públicas. Depois desta ‘operação’, a *Europa alemã* forçou os *estados devedores* a endividar-se ainda mais, para que os *credores* recebessem os seus créditos e o grande capital financeiro pudesse continuar a especular, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e da soberania desses estados-membros da UE.

Em vez de ajudar os países em dificuldade a recuperar as suas economias, os ‘donos da Europa’ cobraram-lhes taxas de juro mais elevadas do que aquelas que o BCE cobra aos bancos privados. As dificuldades dos países mais débeis da UE foram fonte de lucro para o BCE, para a Alemanha e para os especuladores que usam contra eles os recursos comunitários que o BCE lhes dá de mão beijada.

Em contrapartida – é o próprio Parlamento Europeu a sublinhá-lo – são os trabalhadores que suportam os custos da crise, “não apenas através de contribuições directas, mas também em consequência do aumento de desemprego, da diminuição dos rendimentos, da redução do

acesso aos serviços sociais e do agravamento das desigualdades”. Nas palavras de Habermas: “os custos socializados do falhanço do sistema [financeiro internacional] atingem com maior dureza os grupos sociais mais vulneráveis”, que pagam a crise “na moeda forte da sua existência quotidiana”, juntamente com “os países mais fracos do ponto de vista económico”.

Yanis Varoufakis, que, como Ministro das Finanças da Grécia, sofreu na pele estas afrontas, comentou um dia: “o que estão a fazer à Grécia tem um nome: terrorismo”. Isso mesmo: *terrorismo de estado*.

11. Por toda a Europa, as *políticas de austeridade* provocaram recessões profundas: diminuição do consumo; quebra da produção; falência em série de pequenas e médias empresas; aumento do desemprego; agravamento das desigualdades; aumento da pobreza (incluindo do número dos *pobres que trabalham*); *empobrecimento* de povos inteiros; aumento do défice público e da dívida externa; aprofundamento do fosso entre os ‘países do norte’ e os chamados ‘países do sul’.

Portugal é um bom exemplo disto mesmo. O Assessor do Presidente da Comissão Europeia que há pouco referi não deixa dúvidas a este respeito: “Portugal está bem pior do que antes do Programa. […] A austeridade provocou em Portugal uma profunda, longa e desnecessária recessão económica […], com consequências sociais trágicas. […] As pessoas sofreram horrores, […] a economia foi muito prejudicada […] e a dívida pública é muito mais elevada do que teria sido sem o programa de resgate imposto pela *troika*. […] ‘A austeridade foi completamente contraproducente’”.

Muita gente autorizada tinha previsto isto mesmo, apoiando-se nos exemplos da História, uns mais antigos, outros relativamente recentes.

Paul Krugman considerou, por isso, tais políticas de “austeridade sem limites” como “insolentes e delirantes” e Mark Blyth diz que elas são filhas da “arrogância epistemológica” e da “insistência ideológica”.

Creio, porém, que não pode ver-se na *insolência* nem na *arrogância* a justificação da persistência em tais políticas, sabendo-se de antemão que elas não iriam resolver (antes agravariam, como veio a acontecer) os problemas da dívida e do défice das contas públicas, invocados para justificar a sua inevitabilidade. Na verdade, as políticas de austeridade foram necessárias para evitar a falência de bancos *demasiado grandes para falir*, aceitando os seus responsáveis que elas provocassem (como realmente provocaram) a falência de vários estados-membros da UE e o sacrifício dos seus povos.

Para atingirem os seus objectivos inconfessáveis, as *políticas de austeridade* foram conduzidas – como tem sido reconhecido em várias ocasiões e por várias instâncias – em conflito com Constituições e Tratados Internacionais (nomeadamente a Convenção relativa à OIT e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem) a que se encontram vinculados os estados-membros da UE e a própria UE.

Em Jun./2012, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa manifestou a sua preocupação pelo facto de as *políticas de austeridade* estarem a afectar negativamente a democracia e os direitos sociais dos países condenados a pô-las em prática.

Também em 2012, o Comité Europeu dos Direitos Sociais do Conselho da Europa considerou contrários à *Carta Social Europeia* várias normas adoptadas no quadro da ‘flexibilização’ da legislação laboral, nomeadamente em matéria de despedimentos, do direito à remuneração e do direito efectivo à segurança social (posto em causa pela redução das pensões de reforma e pela sujeição dos aposentados ao pagamento de ‘taxas de solidariedade’ que mais ninguém pagou).

Ainda em 2012, a OIT proclamou que a anulação ou a suspensão de convenções colectivas de trabalho e a adopção de procedimentos menos favoráveis aos trabalhadores (medidas que integraram *políticas de austeridade* impostas pelas *troikas*) violam gravemente os princípios fundamentais da liberdade de negociação colectiva e da inviolabilidade das convenções colectivas.

O próprio Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) apurou que algumas medidas tomadas escapam ao controlo parlamentar e ao controlo judiciário, não admitindo sequer recurso para o TJUE.

Em 2014, foi a vez de o Parlamento Europeu declarar que os memorandos ‘negociados’ entre a *troika* e os estados vítimas deles escaparam a qualquer controlo sério pelos parlamentos nacionais e pelo Parlamento Europeu e que muitas das decisões tomadas pela Comissão Europeia no âmbito de tais “memorandos de entendimento” foram tomadas ao arrepio das suas obrigações enquanto guardiã dos Tratados (a Comissão patrocinou tais políticas sabendo que elas, contrariando os objectivos inscritos nos Tratados, iriam promover a *divergência económica e social* entre os estados-membros da UE, como a realidade comprovou).

Em outro plano, as críticas não têm sido menos expressivas. Cito agora Ulrich Beck: as políticas de austeridade “salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens”; elas “mergulharam dezenas de milhões de cidadãos nas profundezas de uma depressão comparável à da década de 1930”, dando origem a “um dos piores desastres económicos auto-infligidos jamais observados”; elas condenaram os *países devedores* (“a nova classe baixa da UE”) a sofrer “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional”.

Wolfgang Streeck vai no mesmo sentido, ao acusar essas políticas de “violarem as condições mínimas fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver”, conduzindo a ‘Europa’ a uma “catástrofe política e económica”.

Em 2015, um grupo de economistas e universitários de todo o mundo, entre os quais James Galbraith, Stephany Grifith Jones e Jacques Sapir, pronunciou-se nestes termos sobre esta “política de ameaça, de ultimato, de obstinação e de chantagem”: ela “significa, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projecto europeu”.

Na leitura de Paul Krugman, as políticas de austeridade têm exigido às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis”. E Jean-Claude Juncker, falando na qualidade de Presidente da Comissão Europeia, *confessou* publicamente que as *políticas de austeridade* constituíam *pecados contra a dignidade dos povos*.

Em tempos, a ONU classificou o *apartheid* como *crime contra a humanidade* porque a discriminação e a exploração extremas que lhe eram inerentes constituíam um *atentado contra a dignidade dos povos* que sofriam aquela aberração. Utilizando uma linguagem laica, não vejo como é que *pecados contra a dignidade dos povos* podem deixar de ser considerados *crimes contra a dignidade dos povos*, isto é, *crimes contra a humanidade*.

12. À luz do que acabo de dizer, não me parece que esteja de boa saúde a democracia nesta *Europa do capital*. Dir-se-á que, na ‘Europa’, funcionam as regras da democracia formal. Respondo que a violência não deixa de existir mesmo quando essas regras são respeitadas. Porque elas sempre prevêem o recurso à violência do estado para defesa do capitalismo (é essa a função do *estado capitalista*, o que significa que o capitalismo não pode existir sem o *estado capitalista*). Talvez por assim o entender, Paul Samuelson falava em 1980 (numa Conferência no México) de *fascismo de mercado* (que eu diria *fascismo inerente ao capitalismo*), alertando para os perigos inerentes a este tipo de fascismo (“fascismo amigável”, como lhe chamou Beltram Gross, num livro desse mesmo ano de 1980, certamente para adoçar um pouco o fel do *fascismo de mercado*).

Creio, porém, que, mesmo no que se refere ao respeito das regras formais de funcionamento do sistema político, o *défice democrático* é hoje a regra nesta *Europa dos nossos pecados*.

Em tempos de preparação do *Tratado Orçamental* (aprovado em 2012) a Srª Merkel veio a público exigir “algo que nos [à *Europa alemã*, a *Europa do euro* e do *grande capital financeiro*] garanta que, mesmo mudando os governos [em resultado de eleições], as políticas não mudam”. E os ‘súbditos’ europeus fizeram-lhe a vontade.

Tendo em conta as *regras* consagradas naquele *Tratado* (que alguém considerou um verdadeiro “golpe de estado europeu”), Jürgen Habermas não hesitou em escrever que elas vieram “corroer qualquer credibilidade democrática” das instituições europeias, porque elas significam que “os governos nacionais são apenas actores no palco europeu” e que os parlamentos nacionais “se limitam a aprovar obedientemente [...] as decisões tomadas previamente noutro lugar”.

No plano da análise política, o antigo Presidente do Governo de Espanha, Felipe González, não esconde esta verdade: “os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes [interesses diferentes dos interesses dos povos que deviam representar], impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa”. Podemos chamar a isto democracia, sem subverter o sentido da palavra?

Parece-me particularmente feliz esta síntese de Ulrich Beck sobre o estado da ‘democracia’ na Europa: vivemos uma situação de “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e muita legitimidade do lado daqueles que protestam”. Quer dizer: os trabalhadores e os povos têm a legitimidade do seu lado, mas não têm poder; em contrapartida, o *estado do capital* tem um *grande poder*, mas tem *pouca legitimidade*.

Este *estado capitalista* é uma *ditadura do capital*, *sem legitimidade* porque o poder que exerce *não emana do povo soberano*, antes é o reflexo de *poderes estranhos e superiores*, dos

chamados *mercados financeiros* e/ou da *Europa*. Não podemos ignorar: democracia está em causa.

Num livro de 2018, em que diz falar de “coisas vistas no coração do poder”, foi a vez de Pierre Moscovici (ex-Ministro da Economia da França e ex-Comissário Europeu) vir dizer que a *democracia representativa* não funciona nesta ‘Europa’ que tanto se reclama dela e das suas virtudes: “Vinte e três pessoas – escreve ele –, com os seus adjuntos, tomam decisões fundamentais para milhões de outras, com base em complicadas razões de ordem técnica, à margem de qualquer controlo democrático. O *Eurogrupo* não presta contas a nenhum governo, a nenhum parlamento nacional e muito menos ao Parlamento Europeu”.

Eu não esperava esta confissão, vinda do *coração do poder*. Mas assino por baixo. Já escrevi isto mesmo em vários trabalhos. Como se pode falar de democracia nesta *Europa do capital*, comandada pelos *chamados mercados financeiros*? O povo é mobilizado, de tempos a tempos, para, ritualmente, ir meter o voto na urna, depois de uma campanha eleitoral em que manipularam a boa fé das pessoas e prometeram o que sabem que não vão cumprir. Mas as eleições não servem para nada. Não foi o que a ‘Europa’, em uníssono, disse ao povo grego em 2015?

13. Em Dez./2011, o Secretário-Geral da OCDE, ao apresentar o Relatório anual da Organização, recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável.

Entretanto, importa estar atento.

Sabemos que “o neoliberalismo não é compatível com um estado democrático” (Wolfgang Streeck). Sabemos que o fascismo é uma das formas históricas da dominação capitalista, um dos instrumentos que integra a caixa de ferramentas do capitalismo. Em condições ‘normais’, ele pode limitar-se àquilo que Paul Samuelson chamou “fascismo de mercado”, dando a entender que o mercado e as ‘leis do mercado’ sempre arrastam consigo alguma forma de *fascismo* (como disse há pouco, *o mercado é uma instituição política*). Mas quando as dificuldades se adensam e é necessário reforçar a exploração dos trabalhadores, o *estado capitalista* não hesita em assumir-se como *estado fascista*, sem máscaras, o estado cuja essência é o recurso à violência e à barbárie terroristas contra os trabalhadores e contra os democratas.

Talvez a História não se repita. Mas é bom não esquecer as lições da História.

E ela diz-nos que os fascismos surgiram, nas condições históricas dos anos 1920-1930, justamente nos países em que o estado capitalista não conseguiu, no quadro da chamada *democracia burguesa*, responder minimamente às aspirações dos trabalhadores e salvaguardar, ao mesmo tempo, o estatuto e os privilégios do capital.

No caso da Alemanha, a História diz-nos que o partido nazi chegou ao governo num quadro marcado pela miséria e pelo desemprego em massa, fruto da *Grande Depressão* iniciada em

1929 e agravado, na Alemanha, pelas políticas contraccionistas levadas a cabo pelo Chanceler Brüning (o *Chanceler da fome*), de perfil semelhante ao das *políticas de austeridade* aplicadas na *Europa alemã* a partir de 2008.

O fascismo não pode considerar-se um fenómeno conjuntural europeu entre as duas guerras mundiais. De todo o modo, os problemas do capitalismo são hoje diferentes dos que impuseram o recurso ao fascismo há quase um século. Naquela época, o *fascismo* foi anti-liberal, anti-democrático e anti-socialista. Assumiu a economia como uma questão de estado e foi proteccionista. Porque este era, então, o perfil adequado para que o *estado capitalista* pudesse desempenhar a sua função, de acordo com os interesses das *burguesias nacionais*, que, na Alemanha, na Itália e no Japão, aspiravam também a conquistar um quinhão numa nova partilha dos territórios colonizados ou a colonizar.

Hoje não existe, com a premência de então, a ameaça da expansão do comunismo, e os interesses dominantes são os interesses do *grande capital financeiro*, que não tem pátria e não conhece fronteiras, defende o livrecambismo e o neoliberalismo.

Para além dos instrumentos clássicos utilizados na guerra de classes contra os trabalhadores, existem hoje armas novas, particularmente eficazes, para garantir ao grande capital o domínio absoluto da situação. Um dessas *armas de guerra* é a *arma da desinformação*.

Particularmente nos EUA, mas também em outras ‘democracias’, as ‘lutas eleitorais’ tendem a ser decididas por campanhas alicerçadas com base em *notícias falsas*: o velho princípio *uma pessoa*, *um voto*, deu lugar à regra moderna, *um dólar*, *um voto*. Esta nova arma vem sendo desenvolvida e aplicada por profissionais regiamente pagos *para não terem em conta aspectos morais*, *profissionais sem escrúpulos*, ao serviço de *políticos sem escrúpulos*. Empresas especializadas em *strategic communications* constroem, a partir de notícias falsas que fazem passar por verdadeiras, narrativas capazes de minar a própria liberdade de pensamento das pessoas-alvo (ou dos grupos-alvo), moldando as suas atitudes e comportamentos.

Com frequência, a desinformação visa diabolizar algum dirigente ‘inimigo’ que se quer pôr fora de combate. Nos últimos tempos, esta ‘técnica’ foi utilizada para afastar vários Presidentes progressistas em países da América Latina, os últimos dos quais foram Evo Morales (Bolívia) e Dilma Roussef (Brasil), ‘apanhada’ no âmbito de uma campanha contra a corrupção, orientada por políticos corruptos, que serviu para afastar do cargo de Presidente da República do Brasil (para que tinha sido eleita) alguém que nunca foi acusada de qualquer acto de corrupção. Vítima destas mesmas armas foi o antigo Presidente Lula da Silva, preso e condenado sem o mínimo fundamento e impedido de se candidatar de novo à Presidência da República.

Estes golpes têm muitas vezes como cúmplices os parlamentos dos países ‘atacados’, o sistema judicial (como claramente aconteceu no Brasil), o aparelho militar (como foi o caso da Bolívia e também do Brasil, em ambos os casos, segundo o que tem vindo a público, sob a batuta da CIA, que actuou mais uma vez, como sempre, ao serviço da democracia…).

Joseph Stiglitz (Prémio Nobel da Economia de 2001) conhece bem o sistema por dentro (ele foi Economista-Chefe do Banco Mundial e Presidente do Conselho de Assessores Económicos

do Presidente Clinton) e não tem dúvidas em afirmar que “os mercados financeiros conseguem o que querem. Podem existir eleições livres, mas, dado o modo como são apresentadas aos eleitores, não existe uma verdadeira escolha nas questões que realmente interessam, as questões da economia”. *Não existe uma verdadeira escolha*, porque o mundo vive sobre a *ditadura do grande capital financeiro*.

14. Disse há pouco que talvez as contradições do capitalismo estejam a atingir um limite insustentável. A grande questão que hoje se coloca é a questão de saber se a sobrevivência deste *capitalismo do crime sistémico* não exigirá o regresso do terror e da barbárie à Europa e ao mundo. Não necessariamente copiando o modelo do fascismo do século passado, mas assumindo *novas formas de violência e de barbárie*.

Na sequência do ataque às torres gémeas e a pretexto de combate ao terrorismo, têm-se multiplicado, um pouco por toda a parte, a legislação e a prática política que estão a transformar em normalidade o *estado de excepção*. E a pandemia da Covid-19 tem servido de pretexto para disseminar outra pandemia ainda mais grave, o *modo fascistóide de governar*. Com a agudização dos problemas gerados pela crise aberta em 2007/2008, agravados agora com a chamada *crise pandémica*, acentuaram-se os receios de que as potências imperialistas (como os EUA no comando) possam de novo conduzir o mundo à barbárie.

A NATO, que, no tempo da ‘guerra fria’, se dizia ser necessária para defender o ‘mundo livre’ da ameaça do Pacto de Varsóvia (constituído, aliás, seis anos depois da NATO…), e que, de todo o modo, como o nome indica, se devia ocupar do Atlântico Norte, integrou o Mediterrâneo no Atlântico Norte e alargou o Atlântico Norte até ao Afeganistão, talvez para não ‘perder o emprego’, porque, entretanto, o Pacto de Varsóvia desapareceu.

Transformada sem qualquer disfarce em instrumento de domínio imperialista dos EUA à escala global, a NATO vem actuando à margem do Direito Internacional, com a cumplicidade da União Europeia, perante a impotência da ONU.

Nos últimos anos, têm estado particularmente activas *novas formas de poder político* que não têm nada de democrático, em geral de natureza transnacional, umas semi-secretas (Grupo de Bilderberg, Comissão Trilateral, Forum Davos, G7…), outras caracterizadas pelo *défice democrático* (que é o caso da UE).

E *novas formas* de repressão e de violência política já começaram a manifestar-se: campanhas de ‘diabolização’ de dirigentes políticos incómodos; sanções económicas (verdadeira *guerra económica*, por vezes com efeitos tão dramáticos e tão mortais como os da guerra através das armas tradicionais); sabotagem de estruturas essenciais; bloqueios ilegais (porque o bloqueio é um acto de guerra, só admissível entre estados beligerantes, proibido quando não há uma guerra declarada) para provocar a escassez artificial de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais…, com o propósito de semear o descontentamento e a revolta entre as populações.

15. No contexto europeu, o *poder político da UE* finge ignorar as ameaças à democracia dentro da sua própria casa porque não quer assumir as suas responsabilidades. A este e a outros respeitos, venho falando da *Europa de Vichy*, tal a cedência cúmplice às forças que estão a cercar

e a secar a democracia. No seio da União Europeia, para além dos casos da Hungria e da Polónia, partidos nazi-fascistas estão representados em vários parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu. Alguns destes partidos já chegaram a propor o confinamento obrigatório dos ciganos (é um primeiro passo, depois chegará a vez de outros ‘inimigos’) e até a remoção dos ovários a mulheres que recorram à interrupção voluntária da gravidez. Para esconjurar o fascismo, chamam a isto *populismo*… É *o fascismo escondido com o populismo de fora*…

Na Ucrânia, os herdeiros políticos dos criminosos nazis que colaboraram com o ocupante alemão estão agora no poder, com o apoio da ‘Europa democrática’ e dos EUA.

Em vários países do Velho Continente (Polónia, Hungria, Países Bálticos, Ucrânia, Sérvia…) decorrem no espaço público manifestações de ‘veteranos’ e de jovens recrutas exibindo a cruz suástica e outros símbolos fascistas, ao mesmo tempo que os próprios governos e grupos organizados de extrema-direita destroem ou vandalizam monumentos em honra dos que resistiram à barbárie nazi-fascista (nos EUA temos o mesmo espectáculo).

Muitos governos e outros órgãos do poder político têm alinhado na campanha de branqueamento do nazi-fascismo e dos seus ‘heróis’, campanha que se desenvolve organizadamente na *comunicação social dominante* e nas chamadas *redes sociais*, pelas quais sopram, com grande violência, os ventos do *discurso do ódio*.

Tem razão Perry Anderson: “Em vez de ser um santuário dos direitos humanos”, a União Europeia “está ligada a actos de terrorismo e de ocupação, sem que os seus mais ilustres representantes sobre isso digam qualquer palavra”.

A Assembleia Geral da ONU aprovou recentemente uma *Resolução* em que se condena a glorificação do nazismo, do neo-nazismo e de outras práticas que contribuam para estimular formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e xenofobia, e se recomendam políticas educativas e criminais que combatam efectivamente o renascimento da ideologia fascista e da sua prática e que preservem e valorizem o património moral representado pelos sítios e monumentos que recordam a resistência ao nazi-fascismo.

Em consonância com a História recente, parece perfeitamente natural e positivo que esta Resolução tenha sido aprovada com o voto largamente maioritário de 130 países. É natural que ela tenha recebido os votos contra do representante do governo nazi-fascista da Ucrânia. Talvez não seja surpresa, mas é dramaticamente preocupante, o voto contra dos EUA e a abstenção da generalidade dos países da NATO e da UE.

Com a sua abstenção, o governo português negou o *Portugal de Abril*, esquecendo os 48 anos de fascismo que tão duramente castigaram o povo português. E a ‘Europa democrática’ esqueceu-se de que a Europa foi o berço das duas guerras mundiais que tão duramente castigaram os povos do mundo no século XX, uma delas por obra do nazi-fascismo, com a cumplicidade dos ‘democratas’ que permitiram o massacre da Espanha republicana e assinaram o *Pacto de Munique*. Esta *Europa alemã* confirmou a cegueira histórica já anunciada na desgraçada *Resolução* sobre *Importância da Memória Europeia para o Futuro da Europa*, aprovada no Parlamento Europeu em 19.9.2019, com os votos dos deputados europeus de todos os partidos

(aliados aos partidos neo-fascistas e neo-nazis!), apenas com os votos contra dos deputados da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica e de alguns deputados socialistas.

Insistindo nas teses que pretendem equiparar o nazi-fascismo ao comunismo, a actual *Europa de Vichy* falsifica sem vergonha a memória histórica, ignorando o sofrimento dos povos vítimas da Guerra e os 25 milhões de mortos provocados pelo nazi-fascismo (a grande maioria dos quais cidadãos da URSS e comunistas militantes na *Resistência* dentro dos países ocupados pela Alemanha nazi). E parece querer esquecer que o fascismo veio sempre com pèzinhos de lã, mas nunca escondeu os seus propósitos de subjugar os trabalhadores, de liquidar o socialismo, de colonizar e escravizar os povos ‘inferiores’, o que torna ainda mais criminosas as cedências das ‘democracias europeias’ durante o período de incubação da barbárie, talvez na tentativa de amansar a fera (que não resistiu à tentação de ‘comer’ o próprio tratador…).

Concluo recordando Thomas Mann: “Pôr no mesmo plano moral o comunismo russo e o nazi-fascismo, dado que ambos seriam totalitários, é, no melhor dos casos, superficialidade, no pior, fascismo”.